

DESENVOLVIMENTO RURAL, AGRICULTURA FAMILIAR E TERRITORIALIDADES

6-Problemática de los espacios agrários

Wizniewsky, Carmen Rejane ^{1(*)}; Wizniewsky, José Geraldo ²

1 - Universidade Federal de Santa Maria | () Brazil 2 - Universidade Federal de Santa
Maria*

Resumo

O presente trabalho descreverá um estudo realizado no município de Santa Rosa-RS, em um projeto de pesquisa desenvolvido por um grupo de pesquisa multidisciplinar, da Universidade Federal de Santa Maria. Este que está em andamento, pretende investigar a partir de um pluralismo de métodos e técnicas de pesquisas (qualitativas e quantitativas) a organização do espaço rural do município supra-citado a partir da análise das categorias espaciais com base em Santos (1997). São objetivos do presente projeto; apreender as perspectivas da agricultura familiar considerando os dilemas por ela enfrentados; analisar como ocorre a sua reprodução social e manutenção, em face das transformações espaciais, como o envelhecimento da população, as transformações nos ingressos que mantém esta atividade. De forma mais específica se pretende compreender a recontextualização do rural decorrente do aumento das atividades não-agrícolas e dos impactos ambientais desta atividade em recursos naturais já fortemente impactados, em uma ótica a partir da configuração de territórios rurais em busca de projetos de desenvolvimento rural, em uma amplitude local e regional, mas com um foco maior que são as emergentes políticas públicas para o rural tendo com escopo conceitual o território. O projeto referido, desenvolvido em uma parceria entre o Conselho de Desenvolvimento Rural do Município de Santa Rosa e a Universidade Federal de Santa Maria, em primeiro momento pretende fazer um diagnóstico sistêmico e abrangente (quantitativo) do rural do município de Santa Rosa, para posteriormente em realizar um prognóstico amalgamado com um plano de ação executado a partir dos atores sociais da comunidade (qualitativo) que de forma ativa e protagonista traçam cenários visando a elaboração/execução de políticas públicas voltadas para o seu próprio futuro e sua própria manutenção como agricultores familiares, considerando o crescente processo “desfiguração” e perda de identidade pelo qual passam os agricultores a partir de seus próprios relatos. O município de Santa Rosa, mais especificamente a região onde o município está inserido, é considerado como típico de agricultura familiar e com uma estrutura fundiária equilibrada. A sua ocupação se deu em base projetos de colonização com contingentes populacionais vindas das chamadas “colônias velhas” (região de Caxias-RS e do Vale do Rio dos Sinos) do estado do Rio Grande do Sul, estas colônias começaram a gerar populações, que não tinham perspectivas em termos de terras nestes locais e a região de Santa Rosa, representou uma nova fronteira agrícola. A divisão das glebas de terras foi feita em base de linhas, normalmente traçadas a partir de um rio ou arroio. Assim o presente trabalho foi delineado considerando as linhas existentes e que são denominadas de maneira distintas. Foi utilizado o sentido horário a partir de uma linha base para abranger a totalidade do rural do município. Os dados parciais da pesquisa indicam uma realidade multifacetada do rural do município em questão. Como já está fartamente identificado na literatura atinente ao assunto, questões com os custos de produção, mercado para os produtos, estruturas como estradas e comunicação, emergiram em oficinas realizadas

com os agricultores, quando do retorno dos dados levantados nas localidades e explicitadas aos agricultores, que, estimulados por técnicas qualitativas elencaram questões que aparecem com menos frequência como a depressão, e certo desencanto em relação ao seu futuro com agricultor familiar. Fenômenos típicos e não usuais foram constatados como a transformação do rural em residência e não mais como a tradicional propriedade rural, com a incidência em algumas localidades rurais (linhas) de residentes rurais, que se mantém de atividades informais como a coleta e o armazenamento na sua “residência rural” de coleta de papéis, papelões e assemelhados. Em esta espécie de caleidoscópio e m que se transforma o rural, há a incidência de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural, algumas ainda mitificando o rural com um espaço eminentemente e preponderantemente agrário e, portanto, fadadas a não se efetivarem. Ao elencar estas considerações parciais, já se tem uma perspectiva bastante ampliada do complexo em que se transforma o rural, brasileiro e particularmente o caso do presente trabalho

Introdução

O presente trabalho é resultante de um projeto realizado pela Universidade Federal Santa Maria (UFSM) e a prefeitura municipal de Santa Rosa-RS operacionalizado pelo Grupo de Extensão Rural Aplicada, vinculado ao Departamento de Educação agrícola e Extensão Rural (DEAER), do Centro Ciências Rurais (CCR) e do Grupo de Pesquisa em Educação e Território, vinculado ao Departamento de Geociências do Centro de Ciências Naturais e Exatas. O estudo apresentado é uma parte de um diagnóstico que está sendo realizado no município supra-citado.

O trabalho foi realizado através de visitas dos alunos de graduação nos cursos do CCR/UFSM (agronomia, veterinária e zootecnia) acompanhados de professores às localidades rurais onde estes realizam coleta de dados através de entrevista semi-estruturada e observação. Os dados são trabalhados em sala de aula e após passam por uma análise dos pesquisadores envolvidos no projeto, que retornam ao município para o desenvolvimento das metodologias participativas onde as realidades são problematizadas e são levantadas alternativas aos problemas observados nas comunidades.

O município local da realização do projeto foi o pioneiro no cultivo da soja no Brasil e é conhecido nacionalmente como “berço da soja no Brasil”. O município está localizado em um espaço onde as pequenas explorações onde se manifesta fortemente a agricultura familiar. A região foi ocupada em base do sistema de colônias, onde em média era assentada uma família em uma área de 25 há, cuja medida atualmente é conhecida com uma “colônia de terra”. Em considerando a ocupação do estado do Rio Grande do Sul (RS), o município de Santa Rosa, assim como os demais municípios vizinhos, são conhecidos como colônias novas, ou seja, para esta região de deslocaram imigrantes e filhos de imigrantes europeus que já haviam ocupados outras regiões do RS. Dos imigrantes destacam-se as etnias Alemã e Italiana. A Etnia alemã inicialmente ocupou a região do Vale do Rio dos Sinos, e a italiana a denominada Serra Gaúcha na região de entorno do atual município de Caxias do Sul.

A forma de ocupação do município imprimiu uma estrutura agrária relativamente equilibrada, baseada na propriedade familiar, denominada região “minifundiária” do RS, numa relação com os valores do módulo rural, e que muitos agricultores possuem propriedades abaixo desta referência e por isso recebem esta denominação. A zona rural do município está dividida em linhas, sendo estas linhas as unidades de análise do presente estudo.

Até os anos 1950 (século XX) os sistemas agrários produtivos da região estavam baseados em policultivos aliados a criação de animais. No cultivo de vegetais se destaca o milho, o trigo, a batata e a soja era cultivada para alimentação de suínos e para adubar a terra, na linguagem dos agricultores ela “engordava a terra”. Esta expressão está baseada no fato de a soja ser uma planta da família das

leguminosas e assim incorpora nitrogênio, ao solo visto que o nitrogênio é um dos importantes macronutrientes (NPK), fundamental para o desenvolvimento das plantas.

Na década seguinte, dos anos 1960, a triticultura inicia a sua fase de modernização com o uso de fertilizantes e agrotóxicos e principalmente com a utilização de máquinas agrícolas. Ao final dos anos 1960 e início da década de 1970, a soja que era um cultivo se grande expressão, ganha um impulso notável, e se configura o chamado binômio trigo-soja, que passa a ser o sistema de produção básico desta região.

Com a modernização da agricultura a região passa a se caracterizar também como um importante pólo metal-mecânico, tendo com carro-chefe uma fábrica de colheitadeiras e de unidades de produção menores que produzem peças para a indústria maior. Este processo acabou provocando profundas modificações no território. Processos relacionados com a modernização da agricultura, como o êxodo rural foram muito intensos. Também questões ambientais relacionadas ao uso de agrotóxicos e a excessiva mecanização do solo, se fizeram produzir neste município. Na transformação do “camponês” em agricultor familiar integrado aos mercados e ao mundo financeiro, vem o atrelamento do agricultor aos bancos, e com isso aumenta sensivelmente o seu nível de endividamento.

Método

Essa pesquisa é parte do Programa de Desenvolvimento Rural desenvolvido pelo convênio firmado entre a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e a Prefeitura Municipal de Santa Rosa/RS, desde 2007. Este convênio busca a integração do ensino teórico-prático da disciplina de Extensão Rural para os estudantes de graduação dos cursos do Centro de Ciências Rurais (Agronomia, Medicina Veterinária e Zootecnia) e os estudantes de pós-graduação do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural nos cursos de Mestrado e Doutorado.

A visita às localidades rurais do município para a coleta inicial de dados ocorre através de três trabalhos de campo com as turmas matriculadas nas disciplinas de Extensão Rural, Extensão e Comunicação Rural e Extensão e Desenvolvimento rural que são oferecidas pelo Departamento de Educação Agrícola e Extensão Rural/CCR/UFSM. O trabalho de campo é realizado com o auxílio do Centro de Ciências Rurais que proporciona aos estudantes o ônibus para o deslocamento até o município. Chegando ao município, os estudantes são recepcionados pelas diversas entidades ligadas ao meio rural que são parceiras no projeto, seguindo então para a localidade rural onde os estudantes são recepcionados por pessoas da própria localidade que são responsáveis por preparar o almoço que é subsidiado pela prefeitura municipal. Também é com o apoio da prefeitura que os estudantes têm veículos para a sua locomoção até as propriedades para a aplicação do formulário de entrevista.

Os estudantes das disciplinas acima citadas fazem essa saída de campo como um exercício prático da disciplina o que cabe ressaltar facilita a prática pedagógica do professor, que agora tem condições de falar de uma realidade que foi também vivenciada pelos estudantes, da mesma maneira que enriquece o processo de ensino aprendizagem, já que os estudantes agora possuem uma experiência real sobre a Extensão Rural e principalmente sobre a realidade da agricultura familiar em um município do Rio Grande do Sul.

Antes da viagem de estudos, esses estudantes passam por uma preparação em sala de aula, através do conteúdo presente no programa da disciplina, além disso, eles recebem uma preparação para trabalhar com a técnica de coleta de dados de entrevista semi-estruturada, onde lhes é apresentado um formulário para a coleta o qual é repassado com eles e, caso seja necessário, são realizadas alterações.

A coleta de dados foi realizada, então, através de visita orientada nas propriedades de agricultura familiar, onde se realizaram entrevistas semi-estruturadas realizadas pelos estudantes de graduação. Os dados obtidos são analisados em sala de aula, juntamente com os estudantes-pesquisadores, considerando a situação de cada família e discussões de alternativas para as problemáticas encontradas nas propriedades visitadas. Realizada essa etapa, os professores e

estagiários do Grupo de Pesquisas Extensão Rural Aplicada, responsáveis pela execução do projeto retornaram até a localidade com a finalidade de apresentar e discutir com os agricultores familiares os dados que foram encontrados sobre a sua realidade.

Durante essa reunião foram surgindo diversos aspectos sobre as possibilidades de alternativas, para o desenvolvimento rural sustentável, bem como as dificuldades encontradas pelas famílias, onde um fato bastante discutido foi o endividamento dos agricultores familiares. Também em uma terceira etapa, os estudantes de pós-graduação do Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural (CCR/UFSM), matriculados na disciplina de Experiências e Estratégias em desenvolvimento rural visitaram a localidade da Linha 15 de Novembro com a finalidade de realizar um estudo aprofundado sobre um tema específico que foi anteriormente levantado na coleta inicial dos dados e confirmada a necessidade de estudo maior na reunião com os agricultores familiares.

Essa terceira etapa aconteceu da seguinte forma, durante a disciplina os estudantes foram preparados para trabalharem com uma pesquisa exploratória a cerca de um tema. Durante as aulas eles trabalharam a sua metodologia de pesquisa, bem como seus instrumentos para coleta de dados. Os dados levantados na primeira coleta de dados sofreram tratamento estatístico e serviram de base para as segunda e terceira etapas do estudo, sendo que os dados dessas também estão sofrendo tratamento estatístico a fim de serem elaborados e apresentados através de relatório de pesquisa, bem como de publicação científica.

Descrição da área de estudo

O presente trabalho é desenvolvido no município de Santa Rosa/RS, que se localiza a uma latitude 27°52'15" sul e a uma longitude 54°28'53" oeste, estando a uma altitude de 277 metros. Sua população estimada em 2007 pelo IBGE é de 64.113 habitantes. Possui uma área de 488,42 km² (Mapas 1 e 2).

O atual território do Município de Santa Rosa/RS pertencia a Santo Ângelo/RS, antiga redução dos jesuítas e seu povoamento iniciou-se com a chegada dos imigrantes italianos e alemães, que vieram da Colônias Velhas localizadas na Região do Vale do Rio dos Sinos. Mais tarde chegaram outros imigrantes tais como: russos, poloneses, ucranianos entre outros. O povoado cresceu e, em 1931, foi elevado a Município, desmembrando-se de Santo Ângelo/RS



Mapa 1- Localização do município de Santa Rosa no RS

Fonte: <http://www.leitequente.com/mapas/regiaomundotml>



Mapa 2- Santa Rosa e municípios adjacentes

Fonte: <http://www.leitequente.com/mapas/regiaomundo.html>

Algumas reflexões teóricas

Como forma de entender as relações sócio-produtivas e múltiplas faces da agricultura familiar é importante um recorrido às suas raízes históricas. Que liga o campesinato à agricultura familiar. Para Cortez (2006), o modelo camponês está alicerçado aos seguintes princípios:

- a) acesso estável a terra, mesmo sob condição de usufruto; b) trabalho predominantemente familiar; c) economia focada na subsistência, não prejudicando, por esse motivo a vinculação esporádica ou permanente com o mercado e d) um determinado tipo de controle na gestão da atividade produtiva, incluindo-se as opções sobre o que plantar, seu processo e destino de excedentes CORTEZ (2006, p. 32).

A sociedade rural não é estática, ela é dinâmica e influenciada pelas externalidades que a relacionam ao espaço urbano, integrando-a ao mercado e redefinindo suas formas, funções e estruturas. Ao analisarmos a transição entre o camponês e o agricultor familiar David (2005) destaca que a agricultura familiar moderna permanece sob o capitalismo assumindo um a dinâmica complexa contemporânea, mas mantém a essência da unidade familiar.

O Processo de modernização da agricultura, iniciado no Brasil, fundamentalmente no início da década de 1960, permitiu que o estado fosse agente ativo nas transformações do campo por meio das políticas públicas de desenvolvimento rural, marcada pela desigualdade e privilégios. Com esse processo de modernização e substituição de culturas, se manifesta a intensificação da penetração capitalista no campo (territorialização do capital), a distribuição espacial rural-urbana se altera, onde grande parte da população rural vai para as cidades (desterritorialização do agricultor familiar), intensificando a urbanização e em conseqüência a favelização. Graziano da Silva (1981) afirma que a modernização do rural ao mesmo tempo que possibilita a inserção de uma classe no mercado altamente competitivo, exclui a maior parte da população do campo. Esse desequilíbrio de possibilidades se deve as desigualdades tecnológicas entre os territórios rurais e seus sujeitos. Segundo Almeida (1997) a modernização agrícola apresenta objetivos que não levam necessariamente ao desenvolvimento rural, ou seja, a modernização aponta a capacidade do sistema social em produzir a modernidade e o desenvolvimento se refere à vontade dos diferentes sujeitos sociais de transformar a sua sociedade.

Frente a este contexto de exclusão, acirrado pelo paradigma desenvolvimentista das décadas de 1950 e 1960, percebeu-se uma significativa retração no número de pequenas explorações agrárias, referentes aos agricultores familiares que não conseguiram concorrer com a produção altamente técnica das grandes propriedades. Os sujeitos que permaneceram no campo criam em meio a novos processos sociais, outras formas de produzir, definindo outras funções ao espaço (Santos,1997).

Resultados e Discussão

O projeto já referido do qual este estudo faz parte possui resultados parciais tendo em vista que ele ainda não foi concluído. Neste presente estudo em termos de resultados nos reportaremos as análises das linhas Dr. Pedro e Mirim. Estas duas linhas embora estejam próximas possuem características distintas principalmente em relação aos solos. A linha Dr. Pedro apresenta solos rasos e com limitações para a agricultura, principalmente no tocante aos recursos hídricos, ou seja no período de verão (Dezembro a Março) há uma forte restrição hídrica. Este fenômeno foi referido diversas vezes nas entrevistas.

As linhas Dr. Pedro e Mirim se localizam no sudoeste da área rural do município de Santa Rosa-RS. Estas linhas possuem características que possam diferenciá-las ao que pese sua localização. Os dados gerais obtidos não demonstraram uma diferença significativa entre as variáveis estudadas, foi em função destas similaridades optou-se em descrever estas duas linhas como um mesmo universo de pesquisa, destacando as diferenças mais significativas nas variáveis estudadas.

Uma das variáveis selecionadas para estudos foi a composição do núcleo familiar. Este dado está relacionada a própria continuidade da agricultura familiar enquanto atividade, ou seja a “reprodução social da agricultura familiar”. Diversos estudos apontam para um “envelhecimento” e “masculinização” da população rural brasileira relacionada a atividade da agricultura familiar¹ Dentre estes autores destacamos Abramovay et alii (1988), que vincula ao esvaziamento da agricultura familiar a busca dos jovens por instrução, e principalmente das mulheres, e em virtude deste processo a expressão “masculinização” ganha destaque em virtude do desequilíbrio na relação de gêneros no âmbito da agricultura familiar.

A média de número de filhos é de 2,5, nas duas linhas referidas anteriormente, dado este que reflete os dados censitários que demonstram um encolhimento das famílias no Brasil. Historicamente as famílias rurais de base familiar eram numerosas, o que provocava a saída de vários membros do núcleo familiar do meio rural pela ausência de perspectiva de permanecer em função da exígua quantidade de terra (normalmente no máximo de 25 hectares). A tradição na transmissão das propriedades (sucessão) era de o filho (a) mais novo (a) ou do filho(a) mais velha, cabendo a estes o amparo em sua velhice, em uma espécie de “previdência familiar”

Esta situação também está se modificando em função da extensão da previdência social para os agricultores familiares, trabalhos como Caldas (2008) apontam para a importância da previdência para a manutenção da agricultura familiar e uma inversão das expectativas, ou seja, antigamente os agricultores (as) idosos (as) eram amparados pelos filhos, atualmente são os agricultores (as) aposentadas (os) que auxiliam os filhos na manutenção da propriedade, inclusive como destaca a autora mencionada, na aquisição de insumos para a atividade agropecuária. Também os ingressos da previdência rural reforçam os argumentos do aumento e da importância de rendas não agrícolas para a manutenção da agricultura familiar.

Esta variável do número de filhos revela que, guardadas as limitações da amostra deste estudo, uma realidade preocupante no que se refere, principalmente, a continuidade dos filhos no meio rural, tanto no aspecto quantitativo como nas perspectivas dos jovens de permanecer na atividade. O apelo dos jovens que já abandonaram o meio rural e fixaram residência no meio urbano de Santa Rosa ou dos municípios adjacentes (mapa 2) para os que ainda permanecem é muito forte, o exemplo de possuir um emprego com uma renda fixa ao final de cada mês, nos repontam para os estudos clássicos da sociologia rural, que apontavam para os motivos do êxodo rural a atração das “luzes da cidade”.

¹ O termo agricultura familiar suscita muitas polêmicas no meio acadêmico no Brasil, embora considerando a relevância do debate, vamos considerar para efeitos deste trabalho agricultor familiar, o que está estabelecido na lei federal nº 11.326 de 24/07/2006, e que sinteticamente é aquele que possui menos de 04 módulos fiscais e cuja renda predominantemente provém da sua atividade rural

Foi analisada nesta pesquisa o nível de escolaridade. A escolaridade média dos adultos (pais) foi de 3,5 anos. Esta baixa escolaridade acaba impactando negativamente a gestão da propriedade familiar. Há que fazer uma ressalva de que o saber acumulado do agricultor familiar há que ser considerado como um patrimônio cultural importante e que o auxilia na condução das atividades da agricultura familiar. O baixo nível de instrução tem reflexos na incorporação de algumas tecnologias na propriedade e também interfere na compreensão por parte do agricultor da importância da sustentabilidade da propriedade, principalmente no tocante as questões ambientais.

Outra variável estudada foi o tempo de residência no local da propriedade familiar. O tempo de residência no local tem uma média de 37,5 anos. Este tempo significa uma boa convivência com os recursos naturais e o manejo dos agroecossistemas. Essa vivência proporciona uma coevolução biológica e principalmente social com meio ambiente e as pessoas, o que proporciona condições para que o agricultor possa utilizar este saber para conduzir as práticas produtivas necessárias a manutenção e a continuidade da agricultura familiar.

Por outro lado a baixa escolaridade associada ao tempo de vivência em um mesmo local é apontada por técnicos como um entrave a receptividade dos agricultores para novas tecnologias e também para algumas ferramentas de gestão da propriedade, que necessitam conhecimentos mais específicos e muitas vezes exigem um nível de abstração aos quais os agricultores não estão habituados a praticarem. Com a baixa disponibilidade de mão de obra familiar, pela composição do núcleo familiar já referido, cursos de atualização e de gestão rural ficam inviabilizados, não proporcionando aos agricultores e aos técnicos momentos de troca de experiência e de transmissão de conhecimentos.

Uma variável bastante significativa é a renda. A renda anual, ao considerarmos as duas linhas, foi em média de 19196,00 reais. Nesta variável diferente das outras houve uma maior variação. Esta variável reflete as condições que o agricultor familiar tem a sua disposição para gerar a renda necessária para se manter na atividade. Embora os dados não nos permitam uma comparação com as outras linhas do município, se pode inferir que são rendas razoáveis considerando, sobretudo, a quantidade de terra que possuem os agricultores. Rendas menores observadas na linha Dr. Pedro estão relacionadas às condições de solo e clima, que já foram mencionadas anteriormente.

Em termos de uso de maquinários, 76,9% dos entrevistados tem acesso e utilizam maquinário nas duas linhas pesquisadas. Em um primeiro momento este dado pode significar um valor elevado, porém se considerarmos que a maioria dos entrevistados cultiva soja, se justificam estes valores pela exigência tecnológica que da forma como a soja é cultivada nestas duas linhas e de forma geral se pode abranger a assertiva para todo o município de Santa Rosa. Este dado quantitativo da variável reflete o processo intenso de modernização da agricultura nas duas linhas em particular e o município e as regiões do estado do Rio Grande do Sul onde se cultiva soja em base ao denominado “modelo moderno”, com a utilização intensiva de insumos industrializados com fertilizantes e agrotóxicos, assim com o uso de maquinários como tratores, colheitadeiras, semeadeiras, grades, arados, etc.

Este tema da modernização é fartamente abordado na literatura em âmbito nacional e também internacional. Wizniewsky (1990) analisou os reflexos da produção “moderna de soja” no município de Santa Rosa, pode constatar os reflexos negativos na degradação do solo, água e ar, assim como a intensificação, na década de 70 (século XX), do êxodo rural e principalmente, pela relevância atual, da diminuição na produção de alimentos, com os quais a soja disputa espaço. O produto agrícola mais influenciado negativamente foi o feijão, considerado alimento básico na dieta alimentar da população brasileira.

Como última variável selecionada para a análise do presente estudo foi a agroindustrialização de produtos. Ela foi indicada por 58,3% dos entrevistados. Este é considerado um valor elevado se comparado com o conjunto das atividades agropecuária do município. Os valores quantitativos desta variável sinalizam para uma perspectiva interessante e apontada como uma das grandes saídas para a agricultura familiar que é a agregação de valor ao produto “in natura” com o seu processamento. Se por lado há este alento, por outro existem barreiras (gargalos) a este processo que é a adequação do

processamento dos produtos a legislação sanitária. O município de Santa Rosa possui o serviço de Inspeção Sanitária Municipal, o que significa um importante apoio aos agricultores que processam os seus produtos, porém há o limite de comercialização somente no município, impedindo assim a comercialização em vários municípios vizinhos e adjacentes.

Considerações Finais

O presente trabalho procurou em um recorte espacial duas linhas do município de Santa Rosa, proporcionar uma panorâmica da agricultura familiar, e as suas perspectivas nas estratégias de desenvolvimento rural, considerando o aporte das análises territoriais do espaço agrário. Pode-se inferir de forma parcial que os grandes desafios e dilemas da reprodução da agricultura familiar se comprovaram nesta amostra utilizada como universo da pesquisa. Mesmo considerando a amostragem não representativa da totalidade do município, podemos tecer algumas considerações a respeito do tema proposto de desenvolver neste trabalho. As variáveis elencadas para a análise proporcionaram vislumbrar alguns cenários que obstaculizam o desenvolvimento mais sustentável da agricultura no âmbito do município de Santa Rosa. Temas mais globais como o esvaziamento do meio rural, se verificaram na variável composição do núcleo familiar, onde se pode constatar que as famílias de agricultores familiares estão menos numerosas e que os jovens manifestam a intenção de não seguirem a atividade dos Pais.

Outras variáveis como o tempo de residência apontam para uma certa consolidação da agricultura nas linhas pesquisadas. Esta dado permite um acúmulo de saber do agricultor familiar ao mesmo tempo que pode representar uma certa resistência do agricultor quando aliado ao tempo de escolaridade. Esta resistência esta vinculado principalmente da relação dos agricultores com as entidades que promovem a extensão e a assistência técnica rural.

Em relação às variáveis renda e mecanização se verifica que os agricultores possuem ingressos razoáveis e que permite a manutenção na atividade, porém este renda tem uma dependência muito forte do cultivo da soja e as conseqüentes oscilações de seu preço no mercado internacional. Em relação à mecanização ela só comprova a assertiva de que esta região pioneira no cultivo de soja, também incorporou o “modelo moderno de produção”, baseado principalmente no uso intensivo de maquinários. Este processo provocou severos impactos ambientais, provocando um passivo ambiental aos agricultores familiares, os quais estão tendo dificuldades em obter o licenciamento ambiental, necessário para os financiamentos públicos, em função principalmente de reserva legal de cobertura vegetal, que para este município é 20% da área da propriedade. Este tema está preocupando sobremaneira os agricultores e seus órgãos representativos com o sindicato dos trabalhadores rurais.

Em relação a variável agroindustrialização ela aponta para um índice razoável , ou seja quase 60% dos agricultores processam seus produtos, porém com os entraves como a rigorosa, na visão dos agricultores e técnicos, da legislação sanitária. Ao longo deste trabalho procuramos tecer algumas considerações sobre o futuro da agricultura familiar, são resultados parciais que não nos peritem conclusões comparativas, porém os dados apontam um cenário relativamente complexo e nebuloso para o desenvolvimento em base sustentáveis da agricultura familiar.

Referências Bibliográficas

- ABRAMOVAY, R. et alli. **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília, UNESCO, 1998.
- ALMEIDA, J.A. A problemática do desenvolvimento sustentável. EN: Decker, D. F. (org) **Desenvolvimento Sustentável: necessidade e/ou possibilidade**. Santa Cruz do Sul, EDUNISC, 1997, p.17-26.
- CALDAS, N.V. **Agricultura familiar e previdência social no Brasil: um estudo de caso de quatro municípios gaúchos**. Pelotas, Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar, 2008, dissertação de mestrado.
- DAVID, C. de. **Estratégias de reprodução familiar em assentamentos. Limites e possibilidades para o desenvolvimento rural em Canguçu –RS**. Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, Tese de Doutorado, 2005.
- FROEHLICH, J. M.; SILVEIRA, P. R. C.; NEUMANN, P. **Agricultura familiar e desenvolvimento sustentável**. Apostila digital de curso EaD. UAB/UFSM, 2008.
- GARCIA FILHO, D. P. **Análise Diagnóstico de Sistemas Agrários: Guia Metodológico**. Brasília: INCRA/FAO, 2000.
- DUFUMIER, M. **Projetos de desenvolvimento agrícola: manual para especialistas**. Tradução de Vitor Athayde Couto. Salvador: EDUFBA, 2007.
- NETO, B. S. **Sistemas agrários e agricultura familiar no Rio Grande do Sul**. In: FROEHLICH, J. M.; DIESEL, V. (Orgs.) **Desenvolvimento rural: tendências e debates contemporâneos**. Ijuí: Unijuí, 2006.
- SCHENEIDER, S. **Agricultura familiar e desenvolvimento rural endógeno: elementos teóricos e um estudo de caso**. In: FROEHLICH, J. M.; DIESEL, V. (Orgs.) **Desenvolvimento rural: tendências e debates contemporâneos**. Ijuí: Unijuí, 2006.
- NEDER, Henrique Dantas; SILVA, Jorge Luiz Mariano da. Pobreza e distribuição de renda em áreas rurais: uma abordagem de inferência. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, Brasília, v. 42, n. 3, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>. Acesso em: 25/10/2008.
- WIZNIEWSKY, J.G. **Os reflexos da expansão da soja no município de Santa Rosa-RS:1970-1985**. Santa Maria-RS, Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural,1990,dissertação de mestrado.